

Os três problemas da agricultura e suas soluções

Eliseu Alves¹

Geraldo da Silva e Souza²

Eliane Gonçalves Gomes³

Renner Marra⁴

Identificam-se os três principais macroproblemas da agricultura brasileira e sugerem-se soluções. A abordagem levada a efeito nesse processo toma por base os agricultores que funcionam como os agentes críticos na formulação e solução dos problemas. Uma abordagem alternativa seria via planejamento institucional. Nesse contexto, estaríamos falando do crédito, da extensão rural, da pesquisa, da legislação ambiental, etc. Prefere-se a primeira abordagem, exceto no que diz respeito à pesquisa agropecuária.

Macroproblemas da agricultura brasileira

Enorme excedente

Vender o excedente que a agricultura produz todo ano nos mercados interno e externo, ampliá-los e fazê-los mais e mais competitivos, do ponto de vista de preço, qualidade e preservação ambiental, são enormes desafios, que envolvem o governo e a iniciativa particular. No mercado externo, cabe enfrentar as barreiras ao livre comércio, tarifárias e não tarifárias; no plano interno, cabe reduzir a burocracia, reduzir o custo Brasil e realizar investimentos em estradas, portos, aeroportos

O mercado interno tem de ser olhado do ponto de vista dos que têm poder de compra e daqueles que necessitam de transferência de renda.

e estrutura de comunicação. Em larga medida, pesquisa e extensão rural têm o poder de ajudar os agricultores a baixar de forma persistente o custo de produção e, por isso, o governo e a iniciativa particular têm de juntar esforços para viabilizar a geração e a difusão de tecnologia de forma continuada.

Conquistar novos mercados e ampliar as vendas naqueles que já são nossos clientes requer o trabalho conjunto da iniciativa particular e do governo de forma coordenada e harmonizada.

Abastecimento

O mercado interno tem de ser olhado do ponto de vista dos que têm poder de compra e daqueles que necessitam de transferência de renda. O desenvolvimento econômico amplia o poder de compra de forma permanente. Mas aqueles à margem dele precisam de políticas de transferência de renda para a aquisição da cesta básica. Num caso, cuida-se do bem-estar dos mais pobres; no outro, é a demanda de alimentos que cresce, e, portanto, milhões de agricultores são beneficiados. A demanda é, assim, crescente por produtos da agricultura e exige pronta resposta

¹ Pesquisador da Embrapa, assessor do Presidente da Embrapa. E-mail: eliseu.alves@embrapa.br

² Pesquisador da Embrapa (Sire). E-mail: geraldo.souza@embrapa.br

³ Pesquisadora da Embrapa (Sire). E-mail: eliane.gomes@embrapa.br

⁴ Analista aposentado da Embrapa. E-mail: renner.marra@gmail.com

dela, de preferência pela via do incremento da produtividade; caso contrário, perde-se poder de competição, e os consumidores vão pagar mais.

Tecnologia

Amazônia

Há três problemas: praticar e ampliar a produção sem desmatar, produzir madeira e preservar a floresta. Claro que há vários problemas institucionais, ligados à posse da terra, desmatamento ilegal, práticas agrícolas não sustentáveis, etc. Mas somente a tecnologia poupa-terra, a que faz cada hectare produzir mais, pode resolver simultaneamente os três problemas. Por exemplo, se fosse duplicada a produtividade da terra na região amazônica, então bastaria a metade da terra.

Quais são as carências?

Legislação ambiental apropriada. A legislação ambiental atual é bastante restritiva quanto à área de agricultura utilizável por estabelecimento. Para a mesma produção, espalha-se a agricultura numa região muito maior do que seria necessário. Suponha serem necessários 100 hectares cultivados para dada produção. A área necessária hoje segundo o Código Florestal é de 500 hectares, sendo 400 hectares de reserva (80%) para imóvel situado em área de florestas. Portanto, ocupam-se 500 hectares. No restante do Brasil, seriam necessários, em geral, para 100 hectares cultivados, 120 hectares (acréscimo de 20% com vegetação nativa), mais a área de preservação permanente, também exigida na Amazônia. Um zoneamento ecológico que identificasse as áreas robustas para agricultura, e aplicasse nessas áreas o mesmo coeficiente do restante do Brasil, reduziria bastante a área amazônica para dada produção.

Existência e preços competitivos dos insumos modernos. Sem eles, só resta a tecnologia da derrubada e da queima. Nessa circunstância, a agricultura é um processo pelo qual a fertilidade da terra ou é consumida ou é vendida. Depois

de esgotada, nova área tem que ser derrubada. Portanto, é preciso desenvolver o mercado de insumos modernos, a preços competitivos. Para toda a região, isso é uma impossibilidade. Volta-se à necessidade dos polos e, novamente, o zoneamento ecológico é indispensável. A importação dos insumos modernos também é uma importante opção.

Conhecimento e tecnologia sem discriminação, exceto no que diz respeito à agricultura sustentável. Sem ser lucrativa, a tecnologia não será adotada, a não ser que seja subsidiada. Mas a região exige conhecimentos específicos e técnicas de difusão também específicas. Assim, é necessário construir a agenda de pesquisa e de difusão, amplamente focadas na tecnologia que poupa-terra. Ou seja, produzir mais com menos área.

Identificação de polos de desenvolvimento. Lá reina a imensidão. Sem especificar polos, a ação do governo, quanto à agricultura, se perderá na dispersão. Critérios ambientais e proximidade de mercado devem fundamentar sua localização.

[...] a agricultura é um processo pelo qual a fertilidade da terra ou é consumida ou é vendida.

Nordeste

O Nordeste concentra 47,1% de toda a população rural, abrigando, em números redondos, 15 milhões de habitantes; nesse ponto de vista, a segunda região mais populosa é o Sudeste, com seis milhões de habitantes, 20,5% de toda a população rural brasileira. A região Nordeste abriga 47,4% dos estabelecimentos do Censo Agropecuário de 2006, e o valor da produção por estabelecimento, em mil reais, ainda conforme o censo, chegou a R\$ 14,5. Para o Brasil, o rendimento médio foi de R\$ 14,4. Para as demais regiões, os valores são estes: Centro-Oeste, R\$ 161,1; Sudeste, R\$ 68,4; Sul, R\$ 47,9; e Norte, R\$ 24,2. Assim, cada estabelecimento do Nordeste tem rendimento aproximadamente igual à média nacional e muito menos do que os do Centro-Oeste, Sudeste e Sul. (Alves et al., 2012; Souza et al., 2013). Por esse ângulo, a pobreza rural é majoritariamente nordestina. Renda

baixa em comparação com outras regiões é um forte indicador de êxodo rural. Segundo Alves et al. (2011), de 2000 a 2010 migraram 5,6 milhões de pessoas, 17,6% da população rural presente em 2000. Em número de migrantes, as principais contribuições têm origem no Nordeste, com 2,2 milhões, e no Sudeste, com 1,9 milhão.

A solução agrícola do problema da pobreza está na irrigação, que, infelizmente, sofre desaceleração; na exportação de frutas, hortaliças, sucos e outros produtos, em franca expansão, e nos polos produtores de grãos do Maranhão, do Piauí e da Bahia. A produção de energia a partir da cana-de-açúcar irrigada tem muito futuro e precisa ser incentivada, inclusive para a exportação, bem como a produção de óleos vegetais para o mesmo fim.

Ora, dos 3,8 milhões de estabelecimentos que responderam por apenas 4,0% da produção, 57,0% são nordestinos (Souza et al., 2013). A solução agrícola do problema da pobreza só é viável quando houver água de boa qualidade para irrigação e nos polos agrícolas. Mas só uma minoria dos 3,8 milhões dos estabelecimentos será alcançada dessa forma. Por isso, as políticas de transferência de renda precisam ser muito mais atuantes no meio rural nordestino, como também aquelas políticas que facilitam o emprego em tempo parcial, indústrias caseiras, etc., dentro da compreensão que se quer retardar o êxodo rural.

Foco da política: grupo de agricultores

Vamos fornecer números apenas para ilustrar o argumento. O importante é a descrição dos três tipos de foco.

Os 5,2 milhões de estabelecimentos do Censo Agropecuário de 2006 são muito heterogêneos quanto ao volume de produção. Conforme tabulação do IBGE, 3,8 milhões deles, 73% dos 5,2 milhões, responderam por apenas 4,0% da produção total relatada pelo censo; 0,946 milhão, 18,8% do total, produziu 11,0% do total; e 0,424 milhão, 8,2%, foi responsável por 85% da produção total (Alves et al., 2013).

Esses dados indicam a necessidade de focalizar a política. Que critérios?

- a) O grupo que só necessita de políticas gerais, ou seja, de exportações, de taxas de juros competitivas em nível de mercado externo, de políticas macroeconômicas que estabilizem a economia e promovam o desenvolvimento econômico, de estímulo à pesquisa pública e privada – como a extensão particular –, mais investimentos em infraestrutura e em desburocratização e seguro rural. Pelos dados do censo, seriam 424 mil estabelecimentos. Não precisam da extensão rural pública.
- b) Compreende pequenos agricultores, mas de tamanho tal que podem resolver seus problemas de renda com a produção. As políticas de caráter geral do grupo A precisam ser complementadas: competente extensão rural especializada nas necessidades do grupo e organizada para satisfazer suas aspirações, compra da produção em épocas de preços baixos, tecnologias organizadas em etapas a fim de considerar as limitações de conhecimento e da sua capacidade de tomar empréstimos. Crédito tanto de custeio quanto de investimento, bem equilibrado, voltado basicamente para a modernização e com prazo adequado. Em resumo, é a área de atuação do Pronaf. Pela tabulação acima, são 976 mil estabelecimentos. O objetivo da tecnologia é fazer cada hectare produzir mais, já que os estabelecimentos desse grupo são pequenos quanto à área que exploram.
- c) Estabelecimentos para os quais não existe solução do problema da pobreza só na agricultura. As políticas de transferência de renda têm de ser aquelas dominantes e podem ser complementadas com a produção agrícola, quando ela se mostrar viável. É preciso simplificar a legislação do trabalho temporário e

facilitar o acesso das crianças à escola. Pela tabulação do IBGE, são 3,8 milhões de estabelecimentos (Alves et al., 2013).

Referências

ALVES, E.R. de A.; SOUZA, G. da S. e; ROCHA, D. de P.; MARRA, R. Fatos marcantes da agricultura brasileira. In: ALVES, E.R. de A.; SOUZA, G. da S. e; GOMES, E.G. (Ed.). **Contribuição da Embrapa para o desenvolvimento da agricultura no Brasil**. Brasília: Embrapa, 2013. p.13-45.

SOUZA, G. da S. e; ALVES, E.R. de A.; GOMES, E.G.; MAGALHÃES, E.; ROCHA, D. de P. Um modelo de produção para a agricultura brasileira e a importância da pesquisa da Embrapa. In: ALVES, E.R. de A.; SOUZA, G. da S. e; GOMES, E.G. (Ed.). **Contribuição da Embrapa para o desenvolvimento da agricultura no Brasil**. Brasília: Embrapa, 2013. p.47-86.

ALVES, E.; SOUZA, G. da S. e; ROCHA, D. de P. Lucratividade da agricultura. **Revista de Política Agrícola**, ano21, p.45-63, 2012.

ALVES, E.; SOUZA, G. da S. e; MARRA, R. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. **Revista de Política Agrícola**, v.20, p.80-88, 2011.